

NOTÍCIAS ZECA DIRCEU

Uma direita à procura de um país

13/01/2013

"A história nos oferece duas lições claras: reduzir a dívida é incrivelmente difícil sem crescimento, e aumentar o crescimento é incrivelmente difícil sem uma pesada carga de dívida pública" (Christiane Lagarde, diretora-executiva do FMI; 12-01-2013).

"Não se pode melhorar a situação fiscal sem que haja crescimento antes" (Shinzo Abe, líder direitista do conservador Partido Liberal, recém indicado primeiro ministro do Japão com uma agenda que inclui: pacote de US\$ 115 bi em investimentos públicos; afrouxamento monetária e elevação da meta de inflação; 12-01-2013).

"O Banco Central não mira mais o centro da meta da inflação e aceita uma alta de preços maior para não prejudicar o crescimento. Controla fortemente o câmbio e, para completar, a equipe econômica faz maquiagens nas contas públicas(...) o PT ousou tocar num dogma do governo anterior aclamado pelos economistas". (O Globo; domingo 13-01-2013)

"As bases de uma economia saudável, promissora e atraente para empreendedores de longo prazo estão sendo minadas por uma política voluntarista, imediatista, populista e irresponsável, embalada num mal costurado discurso desenvolvimentista (...) o Executivo decidiu estimular com recursos orçamentários o crédito para investimento (...) numa crescente e perigosa promiscuidade financeira" (Estadão; 06-01-2013)

"A criatividade do Tesouro Nacional para fechar suas contas, com o uso de sucessivas manobras contábeis e brechas legais, criou no Brasil uma contabilidade paralela à oficial que coloca em risco a credibilidade fiscal (...) a economia do setor público para pagar juros da dívida foi no mínimo 35% menor que a oficial em 2012" (Folha de S Paulo; 12-01-2013)

As declarações dos insuspeitos quadros conservadores, Christiane Lagarde e Shinzo Abe, soam, como se vê, quase como provocação no cenário fiscal beligerante criado pelo conservadorismo

brasileiro em torno dos gastos do Estado.

A ofensiva busca engessar políticas contracíclicas asfixiando-as num torniquete de ilegitimidade, alarmismo e descrédito.

Articulistas de peso e medida e competem para ver quem dá menos pelo futuro da estabilidade fiscal nas mãos da nova populista do quarteirão: Dilma Rousseff.

Ex-ministros do governo FHC –sob cuja batuta a dívida pública saltou de 30% para 51% do PIB, entre 1995 e 2002; hoje é de 35%– disparam mísseis alarmistas a partir de bases midiáticas conhecidas.

O conjunto busca abrir espaço para dar sentido e ressonância à candidatura oposicionista em 2014.

O mantra fiscal tem como alvo camarotes e numeradas dirigindo-se, sobretudo, ao dinheiro grosso da finança local e forânea.

Tem pouco ou nenhum apelo aos ouvidos das gerais que por razões históricas legítimas e experiência intuitiva arguta menosprezam o sassarico retranqueiro e cobram o jogo ofensivo em busca de gols.

O dissenso entre uma coisa e outra faz colunistas provecas se comportarem como focas desastradas, torturando fatos e calendários na sôfrega ânsia de entregar a encomenda.

Procura-se a 'manchete popular' capaz de embalar o comboio anti-petista empacado na BR 2014.

Enforçar a reputação de Lula em praça pública? Anunciar a emergência elétrica? Eduardo Campos presidente?

A embreagem exala queimado e os pneus afundam no atoleiro.

Até Lagarde e Shinzo sabem que a camisa de força ortodoxa agrada ao rentismo mas reserva uma espiral descendente intolerável à sociedade e contraproducente ao conjunto da economia.

A direita brasileira está à procura de um país em que faça sentido escarpelar e pedir votos ao mesmo tempo e com igual intensidade.

Desqualificar moralmente o PT e suas lideranças históricas foi o primeiro esticão na tentativa de reconciliar a corda com o pescoço.

FHC advertiu e o diretório midiático rapidamente entendeu: sem fuzilar Dilma naquilo que a distingue, a reordenação do investimento em plena crise mundial, seria quase operar como cabo eleitoral da reeleição.

O 'caos econômico' ocupou o espaço generoso das manchetes reservadas antes ao julgamento da AP 470.

A prova do pudim tem sido um fiasco.

Mas se aos quituteiros da receita amargosa resta pouco mais que insistir no veneno, ao governo chegou a hora de readequar metas, métodos e discurso.

É contraproducente negar o óbvio.

A crise mundial de fato produz o enfraquecimento fiscal do Estado, que arrecada menos e gasta mais.

Mas também adiciona notável transparência aos conflitos de interesses.

Setores produtivos igualmente se dividem entre a sobrevivência industrial, por exemplo, e a preservação da voragem rentista cobrada por banqueiros, acionistas e seus ventríloquos na

mídia.

Tudo o que é sólido se desmancha no ar: relações de força se mexem; espaços conquistados deslizam; aliados hesitam

O conjunto torna inteligível e pertinente para toda a sociedade discutir a questão básica do desenvolvimento: produzir o quê, para quem, a que custo e como?

Essa é a agenda que pode devolver ao governo a limpidez de um discurso que não apenas legitima suas iniciativas, como abre espaço para ir além delas, subtraindo terreno ao fiscalismo regressivo e alarmista.

Fonte: Artigo escrito por Saul Leblon para o blog *Carta Maior*

Foto: Ilustrativa